

**UNIVERSO DA POAIA E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL:  
MARCAS DO TEMPO DE RONDON E DA COLUNA PRESTES**

**CARLOS EDINEI DE OLIVEIRA\***

Eu sou estas casas  
encostadas  
cochichando umas com as outras.  
Eu sou a ramada  
dessas árvores  
sem nome e sem valia,  
sem flores e sem frutos,  
de que gostam  
a gente cansada e os pássaros vadios.  
(Cora Coralina)

## **1 Introdução**

Nas margens do Rio Paraguai, em terras do povo indígena Umutina, no final do século XIX em busca de uma preciosa fonte extrativista adentrava o sertão de Mato Grosso grupos de pessoas procedentes de Cuiabá com o propósito de arrancar das matas ciliares a raiz da poaia. Essa raiz conhecida e comercializada no segundo maior porto fluvial de Mato Grosso, em Cáceres<sup>1</sup>, começava a se destacar na economia exportadora mato-grossense.

A poaia não apenas homens em busca de riquezas, como fez surgir na confluência de dois rios, o Rio do Bugres e o Rio Paraguai, um povoado que atualmente se configura como uma cidade denominada de Barra do Bugres no sudoeste de Mato Grosso. Nesse espaço urbano ainda resiste algumas construções, ladeadas por ruas calçadas de paralelepípedos que suscitam a memória e a história do tempo da poaia.

A partir do que está posto este texto tem como objetivo analisar em uma perspectiva cultural e histórica o significado do patrimônio cultural em Barra do Bugres, cujo território é ocupado por índios, remanescentes quilombolas<sup>2</sup> e migrantes. O espaço já foi visitado pela

---

\* Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2009). Professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Membro dos seguintes grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos de Educação e Diversidade - (UNEMAT), Arquitetura, Urbanismo e Sustentabilidade (UNEMAT) e Fronteiras, Identidade e Culturas - (UFMT).

<sup>1</sup> O porto da cidade de Cáceres era considerado o segundo porto fluvial mais importante de Mato Grosso.

<sup>2</sup> O patrimônio cultural dos remanescentes de quilombos não será abordado neste texto, pois, eles não estiveram envolvidos diretamente com o universo poaieiro.

Comissão Rondon e também pela Coluna Prestes, fatos que são marcados em monumentos como “lugares de memória”.

A análise proposta é resultado de pesquisas realizadas *in loco* na terra indígena Umutina, assim como, visitas técnicas realizadas nas edificações construídas no final do século XIX e início do século XX e o monumento dos “15 Mártires” em honra aos combatentes da Coluna Prestes. Também foram analisados alguns documentos no arquivo público do Estado de Mato Grosso, assim como, as obras de Jovino Ramos memorialista local, que passou parte de sua vida produzindo textos sobre a história de Barra do Bugres e guardando em arquivos pessoais registros do espaço local.

Como nos orienta Aróstegui (2006:24) que o “historiador ‘escreve’ a História, mas deve também ‘teorizar’ sobre ela, quer dizer, refletir e descobrir fundamentos gerais a respeito da natureza do histórico e, além disso, sobre o alcance explicativo de seu próprio trabalho”. Neste intuito, este texto foi construído com referências na história cultural, com a proposta de “[...] pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2005:15).

## 2 A poaia: arquitetura e mito

A arquitetura produzida em Barra do Bugres desde 1878 até a primeira metade do século XX é caracterizada como uma “arquitetura poaieira”. Esta caracterização se faz, pela vida econômica e cultural da localidade estar diretamente ligada a extração da poaia. O *Album Gráfico do Estado de Mato Grosso* apresenta a Poaia (*Cephaeles Ipecacuanha*), no conjunto das plantas medicinais, como um recurso a ser explorado, *uma grande vantagem da natureza mato-grossense*.<sup>3</sup>

A poaia é da família da *Rubiácea*, seu nome científico é *Cephaelis Ipecacuanha*. Sua ação: modificadora das secreções, cardíaca, emética, expectorante, sedativa, diaforética, hemostática, anti-hemorragica, antiparasitária. Pode ser usada contra hemoptise, hematúria, leishmaniose, dispneia, difteria, envenenamento, catarro crônico intestinal, cólica, tenesmo,

---

<sup>3</sup>Foi impresso em Hamburgo, com 532 páginas, organizado por comerciantes de Corumbá, cidade de Mato Grosso do Sul no ano de 1914 e publicado com o objetivo de fazer propaganda das riquezas existentes em Mato Grosso na tentativa de eliminar os preconceitos de isolamento do Estado.

infecção intestinal, disenteria amebiana, irritação da garganta, irritação dos brônquios, irritação dos pulmões, febre gástrica e febre biliosa (SILVA, 1993).

Thieblot (1980:16) ao produzir um estudo sobre a mata da poaia e os poaieiros de Mato Grosso, caracteriza o arbusto da poaia:

A planta não passa de 25 ou 30 cm de altura, mas ela sempre se arrasta um pouco, de forma que o caule atinge uns 40 cm. As folhas são opostas, simétricas, de um verde vivo. As flores brancas arroxeadas, de um centímetro, dão nascença a um cartuchinho de sementes vermelhas. Mas é a raiz que interessa ao poaieiro. É uma raiz preta por fora e branca por dentro, formada de anéis bem juntinhos. O trabalho consiste em descobrir e arrancar essa raiz de 20 a 30 cm de comprimento que corre horizontalmente debaixo da terra. Extraída a raiz o caule fica no chão e volta a brotar. Qualquer pedaço de raiz que também fique, volta a dar um novo pé. Por ser muito mais fácil mexer com a planta quando a terra está molhada, é costume “*poaiar*” no tempo da chuva.

Quando chegaram os primeiros habitantes não-indígenas em Barra do Bugres no final do século XIX, iniciaram uma agricultura de subsistência, para que pudessem se manter no local e, ao mesmo tempo, trabalhar na colheita da poaia.<sup>4</sup>

O processo extrativista da poaia produziu uma sociedade desigual, marcada pela exploração capitalista entre dois sujeitos ligados ao extrativismo: o poaieiro, responsável pela extração na mata e o patrão de poaia, arrendatário e comerciante do vegetal.

Cunha (1981) faz uma narrativa que destaca a viagem de quatro poaieiros do rio Sepotuba até o córrego dos Macacos, um afluente do Rio Vermelho<sup>5</sup>. A história representa o cotidiano de poaieiros vivido durante 35 dias de 1937, em que estes sofrem as intempéries climáticas do excesso de chuvas, o ataque de mosquitos, principalmente do *lambe-olhos*, um amigo fiel do poaieiro, assim como os carrapatos, micuins e as pulgas, habitantes de ranchos abandonados.

O patrão de poaia é aquele que “*mantém*” o poaieiro e sua família no período da extração da poaia ou fora dela. O desligamento do poaieiro do seu patrão só acontecia quando ele saldasse suas dívidas. O patrão da poaia sempre estava no comando político local. A relação de compadrio também existia entre poaieiros e patrões. Os patrões da poaia sempre

<sup>4</sup> Segundo RAMOS (1992:16) a concentração de alcaloides da poaia de Barra do Bugres alcançava 2,0%, enquanto as de outras regiões do Brasil tinham uma concentração de 0,02% a 0,8% em seus teores, daí a preferência pela poaia desta região no comércio de exportação. A importância da poaia e da seringa para Barra do Bugres pode ser observada no brasão do município, exposto em sua bandeira. Um pé de poaia está entre duas seringueiras.

<sup>5</sup> Estes rios são afluentes e subafluentes do Rio Paraguai.

estiveram interessados na manutenção de seus negócios com eficácia, pois, além de estabelecer os preços de mercado para a compra da poaia, foram responsáveis pela criação de decretos-leis municipais que garantissem a conservação da mata da poaia.

Miranda (1983) especifica a diferença entre o patrão e o poaieiro, no município de Barra do Bugres:

A figura do patrão apresentava-se em Barra do Bugres quase sempre como a do cacique político, hábil e de fala fácil. Além de possuir a terra ele detinha também em suas mãos o comércio. Assim fechava-se o círculo vicioso. O homem simples e sem instrução estava à mercê daquele que a qualquer momento podia ditar sua sorte. Começa aqui a relação indissolúvel entre o poaieiro e o patrão. De um lado encontramos aquele que por herança detinha o monopólio da terra, usando-a como melhor lhe aprouvesse e de outro lado, o poaieiro homem pobre, sofrido e esperançoso (MIRANDA, 1983:32).

Esta configuração política é traduzida na cultura material, muito perceptível na arquitetura local, pois os poaieiros sem grandes recursos construíram edificações simples para sua moradia. Geralmente casas de taipa de mão, que tiveram uma duração efêmera, foram destruídas com as transformações urbanas, porém ainda presentes na memória de antigos poaieiros de Barra do Bugres. Porém, alguns exemplares de edificações do período poaieiro compõem a paisagem das margens do Rio Paraguai em Barra do Bugres.

Essas edificações, casas de patrão de poaia, bens culturais construídos no passado, permanecem como signos vivos do tempo da ventura deste momento que a economia de Mato Grosso centrava-se também na extração vegetal. Aqui cabe a análise de um exemplar desta também arquitetura de terra denominada academicamente de “Casa José Ourives”.

A “Casa José Ourives” misturava espaço residencial e comercial, possivelmente em uma das partes da construção, que está voltada para a rua, era destinado ao comércio poaieiro, ou seja, era neste espaço que a poaia era barganhada por produtos de primeiras necessidades como: sal, fumo, querosene, ferramentas e outros produtos. A relação de barganha se dava entre o poaieiro e o seu patrão, evidenciando assim, um processo de controle e de exploração sobre o trabalho do poaieiro.

A implantação da residência José Ourives, ocupava aproximadamente metade de um terreno, tendo uma área aproximada de 600 m<sup>2</sup>. A construção ainda se localiza na frente do terreno, alinhada à rua, tipicamente como eram as construções da época. A construção tinha uma varanda arejada, logo após um quintal amplo com algumas plantas frutíferas.

A residência José Ourives é uma típica casa, do tempo da poaia, construída com adobe<sup>6</sup>, usando um madeiramento resistente que embora esteja precisando de cuidados tem resistido ao tempo. Na construção ocorrem muitas aberturas em sua parte frontal como portas e janelas em madeira. O telhado é de quatro águas, as telhas utilizadas na construção são capa e canal feitas de barro, a peça tem curvatura que permite um encaixe alternado: uma côncava, outra convexa. A peça côncava serve para escoar a água da chuva, enquanto que a convexa protege a junção dos canais. Esta telha também é conhecida como colonial.

O pé direito e o peitoril baixos são características da residência. O piso é de ladrilho hidráulico e as soleiras das portas são de pedra. Embora, a residência ainda guarda características do início do século XX, do tempo da poaia, já ocorreram muitas modificações na edificação em especial no interior e nos fundos da residência.

A arquitetura da poaia, como uma expressão do patrimônio cultural, permite que o passado seja concebido como um passado-presente, porque se transforma e continua interagindo com as gerações da contemporaneidade. Essas residências não estão estáticas no tempo continuam a produzir novos signos, são espaços vivos, como destaca Freire (1997: 133):

São espaços vivos por onde flui a continuidade entre o passado, o presente e o futuro. Não devem ser vistos, tratados e compreendidos como sobrevivências, transformados em simulacros de um momento urbano esperado, em monumentos fúnebres de um espaço e de um tempo desaparecido. São bens culturais vivos e pulsantes no processo urbano em movimento. São signos ativos como todos os demais que compõem o repertório urbano (grifo do autor).

A presença destas residências do tempo da poaia, e sua existência na memória coletiva, mostra a relação que a comunidade de poaieiros estabelece com o passado. A arquitetura vernácula revela os signos e os símbolos produzidos culturalmente. Histórias de assombrações, suas relações com a natureza, registradas na memória coletiva de alguns poaieiros ainda vivos, nos permitem buscar elementos essenciais para compreender as representações do vale do Rio Paraguai.

Nas lembranças dos poaieiros ainda vivos, há uma entidade sobrenatural guardiã da mata e de seus mistérios, o Pé-de-Garrafa. Um poaieiro, natural de Jangada - MT, residente no

---

<sup>6</sup> Segundo Weimer (2005, p.265) é uma técnica universal, que se utiliza o tijolo cru, feito de argila compactada e, quase sempre, secado ao vento e/ ou ao sol. Curado dessa forma adquire maior resistência e permite que seja assentado com argamassa de barro.

município de Nova Olímpia, antigo povoado pertencente à Barra do Bugres, concede a Santos (2001:32) o seguinte depoimento:

Agora sobre as histórias assim de feras nunca aconteceu, a não ser cobra, que nem os poaieiros falavam de um Pé-de-Garrafa. A gente não podia, os mais velhos ficavam bravos se déssemos um grito assim u,u,u,u,u. tinha de dizer assim ô,ô,ô,ô,ô, porque diziam que era o Pé-de-Garrafa que gritava do primeiro jeito. Tem uma história que diz que o poaieiro gritou u,u,u,u,u e ele respondeu u,u,u,u,u. Um poaieiro desconfiado subiu num pau e o Pé-de-Garrafa passou e estava com o companheiro debaixo do braço, o que gritou, de vez em quando dava uma bocada comendo o rapaz.

O imaginário poaieiro estava repleto de histórias envolvendo o mundo sobrenatural, explicações para garantir a vida na mata e também para justificar os desaparecimentos de alguns companheiros. Muitos contos e causos era o que garantia as conversas noturnas ao lado do fogo, no chamado barracão da poaia, local próximo ao rio em que ficavam alojados os poaieiros, e também era para lá, que eles levavam a erva extraída, entregando-a ao responsável pelo barracão, que estava em nome do patrão de poaia.

### 3 Umutina e as “Casas de Rondon”

O universo da Poaia também está diretamente relacionado ao povo indígena Umutina. Esse povo era denominado anteriormente de Barbado, segundo Jesus (1987) é uma ramificação da nação Bororo, pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê e à família Otukê. Não se sabe quando se deu a separação dos povos Bororo, no entanto, a hipótese mais aceita, foi a dispersão dos Bororo quando vieram da Bolívia procurando o rio Paraguai, desta forma, os Umutina perderam o contato com o corpo principal dos Bororo. O povo Bororo desceu o rio Paraguai e ocupou os vales do rio Cuiabá, do rio São Lourenço e também do rio Araguaia, estes últimos denominados de Bororo Orientais. Os Umutina fixaram nas regiões do rio Bugres, e do rio Sepotuba, na região do Alto Paraguai e nas proximidades do município de Jangada – MT.

A exploração da poaia em Barra do Bugres, no século XIX, causou a quase completa extinção dos Umutina. A destruição desse povo indígena foi patrocinada por comerciantes que tinham grande interesse pela exploração da poaia, nesta época uma mercadoria valiosa em especial para o comércio de exportação.



Com a fundação de Barra do Bugres e com a excelente cotação atingida pela poaia, que estava sendo exportada para a Europa, nova leva de poaieiros adentrou o último reduto Umutina e incentivou os comerciantes a patrocinarem grupos de chacinas contra os índios (JESUS, 1987: 74).

Esta relação agressiva entre poaieiros e Umutina estendeu-se por longos anos até a chegada das linhas telegráficas do Marechal Cândido Rondon a Barra do Bugres. Rondon conseguiu manter o primeiro contato pacífico com os Umutina em 02 de agosto de 1912, porém a pacificação só se consolidou com os sertanistas Helmano Mascarenhas e Estigarriba em 1919 (ARRUDA, 2003).

Desde a localização realizada pela Comissão Rondon, os Umutina ocupam a faixa de terras que estão entre os rios dos Bugres e o Paraguai, a 10 quilômetros da cidade de Barra do Bugres. Geograficamente é uma área de transição entre o Pantanal e a Amazônia. A reserva é limitada por dois rios, o Paraguai e o Bugres, formando uma ilha fluvial, tem uma linha seca ao norte com 12 km de extensão. No período de novembro a abril, na estação chuvosa, parte da reserva fica inundada. A reserva indígena foi demarcada desde 1960, com aproximadamente 24.625 hectares, porém este território está sob constante vigilância dos Umutina, para impedir que suas terras sejam invadidas.

Cândido Rondon, dentro da política proposta pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTNI criado em 1910, em parceria com a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, conhecida, também, por Linhas Telegráficas de Rondon ou ainda, Comissão Rondon, estabeleceu em terras Umutina, em 12 de outubro de 1913, o Posto Fraternidade Indígena (ARRUDA, 2003).

No Brasil, devido à herança do discurso positivista do século XIX, para o governo a política de aldeamento, de vida sedentária e integração nacional seria a melhor forma para as populações indígenas diante das propostas de progresso a serem implantados no território nacional. Nesta perspectiva, Rondon passou a ocupar o Posto Fraternidade Indígena com índios de etnias diferentes, como afirma Arruda (2003:37):

Dentro desta visão, que vigorava no SPI, acreditava-se que os índios, em geral, eram todos iguais, sem uma singularidade étnica, o que torna compreensível, do ponto de vista político, para o SPI, a prática de reunir, num mesmo local, índios Paresi, Umutina e Nambikuara. O exemplo disso foi o próprio Posto Fraternidade Indígena.

Para alguns índios, a criação do Posto Fraternidade Indígena foi positiva, pois ao trazer outras etnias para o espaço dos Umutina ajudou a fortalecer o território, assegurando a posse das terras para esta comunidade.

A presença de Rondon entre os Umutina é viva, não apenas pela memória dos velhos, mas, sobretudo pela cultura material empregada na aldeia, no tempo da instalação da rede telegráfica. Em uma paisagem plana muito peculiar se assentam várias casas construídas em alvenaria denominadas de “Casas de Rondon”.

Essas edificações foram feitas, para a consolidação do Posto Fraternidade Indígena, construídas pelos próprios índios, com recursos naturais da região como tijolos e madeira e de materiais trazidos de outras regiões como o cimento. Embora, denominadas como “Casas de Rondon” ou “Casas da Época de Rondon”, estas casas foram edificadas na primeira metade do século XX, uma data registrada no piso externo de uma das edificações marca 1943. Desta forma, estas edificações não foram realizadas quando o Marechal Rondon esteve entre os Umutina, mas posteriormente, portanto são resultados de sua política indigenista.

O trabalho dos índios nestas construções foram orientados e fiscalizados pelos líderes não índios do Posto Fraternidade Indígena. As casas foram feitas para a residência de famílias de não-índios, ou para algumas famílias indígenas que exerciam alguma atividade junto a Comissão Rondon. Além das casas de moradias, foram construídas uma casa para a administração do Posto Fraternidade Indígena, uma escola e um posto de saúde. Em visita técnica realizada a Aldeia Umutina em 2012, percebeu-se que todos os espaços, com exceção de uma casa de moradia, por estar em ruínas, são ocupados pelos índios Umutina.

No interior das edificações, principalmente do Posto Fraternidade Indígena, da escola e do posto de saúde, existem pinturas parietais apresentando a presença de Rondon e de membros da sua Comissão entre os Umutina. Estes painéis foram pintados provavelmente nos anos 50 do século XX. É possível perceber as vestimentas, os adornos de índios e dos membros da Comissão Rondon. A presença de pele de mamíferos, de cestos cheios de peixes. Em um dos painéis está escrito: “2 de outubro de 1912. O primeiro contacto de Rondon com os índios Umutina, recebendo presentes em carácter de anistia, das mãos da mulher do chefe da tribo”.

Ladeado aos painéis que apresentam Rondon e sua Comissão, estão imagens significantes de índios Umutina. Em um dos espaços do Posto Fraternidade, existem



aparelhos de telégrafos e também outros objetos e vestígios que indicam a presença desta rede de telecomunicações no sertão de Mato Grosso.

Um painel imenso pintado no prédio da escola na parede de uma sala de aula apresenta Rondon montado a cavalo se aproximando dos Umutina. Alguns estão com arcos armados e outros também com arcos se aproximam de Rondon que tem sua mão esquerda levantada. Na inferior do painel, em círculo há um retrato de Rondon, com cabelos brancos. O nome “Rondon” é registrado de forma bastante evidente na parte de baixo do painel.

Armar o arco para os Umutina, não era sinal de ataque, mas de acolhida ao visitante. Porém, este gesto pode ter levado muitos Umutina à morte, por que as pessoas que se aproximavam dos Umutina vendo que eles armavam o arco, achavam que iriam soltar a flecha, desta forma, como os não-índios sempre estavam com arma de fogo, geralmente usavam primeiro, disparando contra os índios.

A presença de Rondon nas paredes das edificações de convívio permanente dos Umutina permite identificar que estes espaços são construções históricas que implicam escolhas deste grupo social. As “Casas de Rondon” são construções que constituem parte da identidade do povo Umutina. Rondon, mesmo depois de muitos anos, é uma presença marcante na vida destes povos que ocupam as margens do Rio Paraguai no sudoeste de Mato Grosso.

#### 4 A Coluna Prestes: o monumento

Na margem direita do Rio Paraguai está o monumento<sup>7</sup> aos “15 Mártires”. Este monumento foi construído com o objetivo de homenagear 15 homens que lutaram contra a

---

<sup>7</sup> O sentido original do termo é do latim *monumentum* que, por sua vez, deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”) aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A intenção do monumento é a de tocar, pela emoção, uma memória (CHOAY, 2001: 17).

Coluna Prestes em 20 de novembro de 1926. A Coluna Prestes, fato que marca a história brasileira, foi uma marcha pelo Brasil, em que seus integrantes denunciavam a miséria da população e a exploração das camadas mais pobres pelos líderes políticos.

A Coluna Prestes foi um movimento político-militar brasileiro que ocorreu entre os anos de 1925 a 1927 ligado ao movimento denominado tenentismo. Os líderes deste movimento estavam insatisfeitos com as lideranças políticas da Primeira República Brasileira. A Coluna Prestes exigia voto secreto, defesa do ensino público e obrigatoriedade do ensino primário para toda a população brasileira.

A Coluna Prestes tinha no comando principal Miguel Costa e Luís Carlos Prestes. A Coluna Prestes enfrentou tropas do Exército e das forças policiais de vários estados do Brasil, além de enfrentar tropas de jagunços que foram estimulados por promessas oficiais de anistia. Em alguns lugares de Mato Grosso a população foi estimulada pelos comandos políticos e policiais locais a perseguir a Coluna Prestes, este fato aconteceu na localidade de Barra do Bugres.

Na perseguição a Coluna Prestes, ou na tentativa de defender o território de Barra do Bugres contra a presença de partes de membros da Coluna Prestes que iriam passar em Barra do Bugres em seu trajeto final já em direção à Bolívia, foi realizado no dia 20 de novembro de 1926 um combate entre homens de Barra do Bugres e membros da Coluna Prestes.

Os membros da Coluna Prestes chegaram a Barra do Bugres provenientes da localidade de Brotas, atual cidade de Acorizal. Quando os membros da Coluna Prestes chegaram a Barra do Bugres encontram uma população armada sob o comando do comerciante José Laureano Corrêa e do delegado de polícia Manoel Ourives. Uma parte da população da paróquia de Barra do Rio dos Bugres fugiu para o meio do mato, levando consigo o que conseguiam para sobreviver até que a Coluna Prestes deixasse o local.

Os membros da Coluna Prestes prenderam um proprietário rural chamado de Mestre Marcos que residia próximo às imediações do Rio Jauquara fazendo dele um aliado para conseguir transpor o Rio Paraguai e chegar até Barra do Bugres. A Coluna Prestes pretendia chegar a Barra do Bugres para conseguir guarnições, em especial alimentos, para continuar o percurso até a Bolívia.

Na madrugada de 20 de novembro de 1926 as tropas da Coluna Prestes, sob o comando do tenente Siqueira Campos atravessaram o Paraguai e chegaram a Barra do Bugres,

porém foram surpreendidos pelos homens comandados por José Laureano Corrêa e Manoel Ourives e houve uma intensa troca de tiros. Assim narra Ramos (2001:8) sobre o desfecho do conflito armado:

Mas o inimigo com muito mais poder de fogo, muito mais atiradores, cerca de 80 a 100, tinha munição para sustentar o combate. Ganharam a luta mas ficaram irritadíssimos com tanta resistência por parte de um punhado de bravos. Donos da situação os invasores passaram a depredar e a incendiar as residências e as casas comerciais. E mais: com vingança pela bravura e valentia de José Laureano Corrêa o tenente Siqueira Campos, comandante dos revoltosos, mandou queimar, com querosene, o corpo do destemido comerciante. Esta cena aconteceu logo ao amanhecer.

A passagem da Coluna Prestes por Barra do Bugres, foi inicialmente estudada pelo professor francês Alfredo Marien<sup>8</sup> que viveu na localidade, logo após, o memorialista Jovino Ramos, defensor das tradições mato-grossenses, também se dedicou a produzir um conjunto significativo de obras sobre Barra do Bugres.

Desta forma, incentivados pelo professor Jovino Ramos, os “15 Mártires”, são lembrados pelo monumento escultórico idealizado por Marcos Reinaldo Parada do Prado, construído em ferro com oito metros de altura e pesando duas toneladas. Os escultores foram Belarmino Pimental e André Pimental. A obra foi construída com ferros de um veículo, folha de flandres e canos de ferro. Próximo ao monumento tem uma placa com o nome das 15 pessoas que foram mortas pela Coluna Prestes. Os nomes inscritos nas placas são os seguintes: Antônio Cesário de Moraes, Antônio Lemes, Antônio Maria, Armando, Benedito Atanázio, Francisco Araújo Bastos, João Ferreira Mendes, João Ozório, João Sebastião, José Laureano Corrêa, José Luciano Ventura Ferreira Mendes, José Rodrigues, José Valeriano, Marcelino Carneiro e Mineiro.

A placa com os nomes dos “15 Mártires”, conforme é considerado pela historiografia tradicional de Barra do Bugres está assentada sobre um suposto cemitério que guardaria os restos mortais destes homens que lutaram contra a Coluna Prestes. A escultura como está próxima às margens do Rio Paraguai, sem proteção, no período chuvoso de Mato Grosso, sempre é alcançada pelas águas.

O monumento aos “15 Mártires” foi inaugurado no dia 20 de novembro de 1995, após 69 anos do acontecimento do evento. A solenidade cívica de inauguração contou com a

---

<sup>8</sup> Alfredo Marien produziu uma obra significativa sobre o universo poaieiro denominada “Era um poaieiro” publicada em 1944.

presença dos políticos locais, membros do Centro de Tradições Mato-grossenses e do professor Jovino Ramos.

A Coluna Prestes apresentada em Barra do Bugres é representada como uma vilã da História do Brasil, o monumento é edificado para glorificar os combatentes, os favoráveis a elite local da época. A escultura enseja um discurso favorável ao controle político da República dos Coronéis.

O monumento dos “15 Mártires” tem uma intenção consciente de influenciar a formação da memória das pessoas que vivem e visitam Barra do Bugres. O monumento seleciona o fato da passagem da Coluna Prestes e a ação da população local como heróis da resistência a este movimento, que ao longo da historiografia brasileira sempre foi emblemático.

## 5 Considerações Finais

O patrimônio cultural de Mato Grosso e do Brasil é revistado quando apresentamos as possibilidades e os significados produzidos durante a extração da poaia. Esta erva, pouco estudada na historiografia brasileira produziu além da formação de uma cidade, Barra do Bugres, um universo significativo marcado por encontros e desencontros de atores sociais significativos na história brasileira.

A poaia produz lugares de memórias significativos como algumas construções existentes na cidade, as casas dos patrões de poaia, a tradução de uma arquitetura vernácula, de adobe, para um território ocupado por povos indígenas Umutina.

Esses índios tiveram seus contatos iniciais realizados pelo Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, que além de proporcionar aos índios o controle de suas terras, trouxe para a reserva povos de diferentes etnias, ampliando assim a população local e garantindo a posse da área indígena que está demarcada.

Ao estabelecer contato com os Umutina e com outros povos que residem nesta área indígena, Rondon e sua Comissão deixaram marcas que estão na aldeia, como as casas, as pinturas nas paredes das edificações e na memória destes povos. Uma memória viva, de um tempo pretérito, mas que se renova a cada possibilidade de integração e de luta em favor da

terra e das novas tecnologias que transformam a vida comunitária dos povos que vivem na aldeia Umutina.

O universo da poaia, também no início do século XX teve momentos de agitações bélicas, com a passagem da Coluna Prestes. Este movimento não foi bem recebido em Barra do Bugres. Patrões de poaia e poaieiros reagiram à chegada dos considerados impostores. A Coluna Prestes, com objetivos definidos, produziu o combate, e 15 mártires, são lembrados em um monumento na margem direita do Rio Paraguai. Este mesmo rio que servia de caminho para as embarcações que transportavam até o porto de Cáceres-MT ou de Corumbá – MS a valiosa poaia para a Inglaterra.

## REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

ARRUDA, Lucybeth Camargo de. *Posto Fraternidade Indígena: Estratégias de Civilização e Táticas de Resistência (1913-1945)*, 2003. 162f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora da UNESP, 2001.

CORA CORALINA. *Poema dos becos de Goiás e estórias mais*. 23 ed. São Paulo: Global, 2006.

CUNHA, Adolpho Jorge da. *O poaieiro de Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1981.

JESUS, Antonio João de. *Os Umutina*. In: *Dossiê Índios de Mato Grosso*. (Org.) OPAN/CIMI. Cuiabá: Gráfica Cuiabá, 1987.

MIRANDA, Graci Ourives de. *A poaia: um estudo em Barra do Bugres*. Cuiabá: UFMT, 1983. (Monografia de Especialização em História e Historiografia de Mato Grosso).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RAMOS, Jovino S. *Barra do Bugres: história, folclore, curiosidades*. Cuiabá: Gráfica Ataláia, 1992.

SANTOS, Vivaldino Gomes. *Entrevista com Armino Barbosa da Costa poaieiro morador de Nova Olímpia*. Tangará da Serra, 2001. Trabalho de Graduação. (Metodologia do Ensino de Ciências Humanas) - Pedagogia, Faculdade de Educação, Instituição Tangaraense de Ensino e Cultura.

SILVA, Valdethe Prado da. *Aspectos demográficos da cephaelis ipecacuanha em Mato Grosso*. Cuiabá: Faculdade de Engenharia Florestal /UFMT, 1993. (Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Florestal).

THIEBLLOT, Marcel Jules. *Poaia, ipeca ipecacuanha: a mata da poaia e os poaieiros do Mato Grosso*. São Paulo: Escola de Folclore/Livramento, 1980.

WEIMER, Gunter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.